

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR**Desire and violence: interdiction process in “A língua do p”, by Clarice Lispector**Fernanda Suburi Fernandes (UEG)¹fesuburi.fernandes@gmail.com<https://orcid.org/0000-0002-5537-999X>Olimpia Maluf Souza (UNEMAT)²olimpiamaluf@gmail.com<https://orcid.org/0000-0003-2434-5671>

RESUMO: Este estudo teve como objetivo compreender o processo de interdição do desejo feminino materializado no conto “A língua do p”. Baseamo-nos nos preceitos da Análise de Discurso, a partir de autores como Pêcheux (2008, 2009), Orlandi (2005, 2007), Barbai (2012), Foucault (1998) e ainda Lacan (1998), Elia (2010). Nessa direção, compreendemos que esse processo de interdição ocorre a partir da relação entre violência e desejo. Ou seja, os sentidos são produzidos, no conto de Lispector, num processo de contradição: em que temos a interdição de um desejo pela ameaça do estupro, quando sujeito-mulher se significa a partir dessa ameaça de vida/morte para, então, agir de acordo com o que se espera para que isso não aconteça, mesmo que tenha que silenciar seu desejo. Por outro lado, o desejo é interdito por colocar este sujeito como desejante pela violência, algo que foge do semanticamente estabilizado, naturalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Corpo. Conto.

ABSTRACT: This study aimed to understand the process of interdiction of female desire materialized in the short story “A Língua do p”, for this purpose, based on the studies of Discourse Analysis, from authors such as Pêcheux (2008, 2009), Orlandi (2005, 2007), Barbai (2012), Foucault (1998) and encore Lacan (1998), Elia (2010). In this direction, we understand that this interdiction process occurs from the relationship between violence and desire. In other words, the senses are produced, in Lispector's tale, in a process of contradiction: in which we have the prohibition of a desire for the threat of rape, when the subject-woman is meant from this threat of life / death to then act according to what is expected so that this does not happen, even if you have to silence your desire. On the other hand, the desire is forbidden by placing this subject as a desire for violence, something that escapes the semantically stabilized, naturalized.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Docente efetiva na Universidade Estadual de Goiás- UEG/ Unidade Universitária de Iporá. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, registros, mulher, prostituição, cidade, leitura e escrita.

² Graduada em Psicologia pela Universidade de Uberaba (1982), Mestrado (2000) e Doutorado (2004) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Atualmente é professora titular da graduação e da pós-graduação em Linguística pela Universidade do Estado do Mato Grosso/ UNEMAT.

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

KEYWORDS: Discourse. Body. Tale.

Introdução

A violência contra a mulher tem se marcado por um paradoxo, uma contradição constitutiva, sendo, portanto, um processo que possibilita o deslize, o deslocamento de sentidos sobre os papéis que a mulher assumiu e assume, tais como mãe, esposa, puta, escrava, empregada, empresária, submissa, independente, são posições que colocam em funcionamento uma multiplicidade de olhares sobre a morte e o amor, sobre a violência e o desejo da mulher. Esses modos de interpretação do feminino marcam-se por projeções imaginárias que a tomam nesse processo constante de contradição.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo compreender o processo de interdição do desejo feminino materializado no conto “A língua do p”, de Clarice Lispector. Para realizar essa análise, baseamos nos estudos da Análise de Discurso, a partir de autores como Pêcheux (2008, 2009), Orlandi (2005, 2007), Foucault (1998), pois, compreender como a mulher é significada nas/pelas relações de violência é tomar em consideração os processos de silenciamento e de interdição, que a coíbe no modo de agir, pensar desejar e ter prazer.

Esse funcionamento relega a sexualidade da mulher à condição de insubmissão (FOUCAULT, 1988), pois sua sexualidade, apesar de marcar-se por uma negatividade e por uma interdição que lhe são constitutivas, insiste em fazer furos nesses modos de subordinação, materializando, pelo que se nega, seus desejos.

“A língua do p” foi escrito por Clarice Lispector e publicado, em 1974, no livro *A via crucis do corpo*. No texto, a relação do estupro atrela-se à imagem da mulher, à sua vulnerabilidade e à sua sexualidade, visto que mostra uma mulher que resiste ao estupro, mas que, ao mesmo tempo, fantasia com sua ocorrência, colocando em funcionamento a dualidade histórica que marcou/marca o sujeito-feminino como bom x mal, como sagrado x profano. Essa dualidade se coloca no momento mesmo em que o sujeito-feminino experimenta o desejo e imediatamente o recalca por considerá-lo sujo, pecaminoso, errado.

Nessa direção, compreendemos que esse processo de interdição ocorre a partir da relação entre violência e desejo. Ou seja, os sentidos são produzidos, no conto de Lispector,

num processo de contradição: em que temos a interdição de um desejo pela ameaça do estupro, quando sujeito-mulher se significa a partir dessa ameaça de vida/morte para, então, agir de acordo com o que se espera para que isso não aconteça, mesmo que tenha que silenciar seu desejo. Por outro lado, o desejo é interdito por colocar este sujeito como desejante pela violência, algo que foge do semanticamente estabilizado, naturalizado.

Discurso, corpo e estupro

Em “A língua do p”, de Clarice Lispector, a relação entre discurso, corpo e estupro se materializa nas ações e reações do sujeito-personagem Cidinha ao ouvir, na língua do p, que iria ser “currada” por dois homens que estava no trem. Assim, a narrativa inicia com essa cena cotidiana de uma mulher que anda no trem para ir e voltar do trabalho, e se encontra numa situação de possível violência. Abismada por essa possibilidade, o sujeito-personagem simula ser prostituta para que assim afaste os homens do intento de violá-la, nessa situação, passa a imagem de louca e é expulsa do trem.

Nesse resumo da narrativa, apresentamos ainda o desejo que atravessa o sujeito-personagem em ser “currada”, desejo que logo é recalçado, silenciado, é nesse aspecto que buscamos discutir sobre a interdição do desejo das mulheres, a partir de sua materialização na língua, na relação entre estrutura linguística e sócio-histórica, marcando o acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2008), pelo qual o sujeito se inscreve, colocando em funcionamento uma memória que o identifica, através dos sentidos produzidos e dos silenciados.

Segundo Orlandi (2005, p. 101), “[...] a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”. Assim, para ser sujeito é necessário assujeitar-se à língua. Nessa direção, o sujeito é considerado histórico, dada a inscrição da língua na história, inscrição que só pode ser vista através da língua, através do texto, enquanto lugar de materialização da ideologia.

Nessa direção, para Lacan (1998), o sujeito é atravessado por ideologias, pelo grande Outro, compreendido como a Lei e a Cultura, pois segundo o autor, o sujeito pode parecer servo da linguagem, “[...] o é ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio.” (LACAN, 1998, p. 498). Dito de outro modo e tomando a questão para o nosso objeto de análise, o sujeito-mulher também é significado pela/na ordem da Lei e da Cultura, assim, instala-se enquanto

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

efeito dessa letra no inconsciente, um inconsciente, que, ao dizer sobre a mulher, já se inscreve, pela relação com o grande Outro, em funcionamentos que materializam determinadas formações discursivas, com suas histórias e ideologias, em que o desejo é silenciado de uma ou outra forma nos modos de dizer. Para Pêcheux (2009), as formações discursivas são aquilo que dentro de uma formação dada, de uma conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito.

Podemos dizer, então, que as formações imaginárias são projeções de sentidos e de sujeitos, saindo da ordem do empírico, para colocar numa relação com o simbólico e a história (ORLANDI, 2007). Nessa direção, as formulações que, projetadas num imaginário, circulam sobre a mulher, a significam por um inconsciente estruturado como linguagem, pois, ao ser tomada por uma dada interpelação ideológica constituída como letra no/do inconsciente, produz-se, enquanto efeito, uma das várias formas de dizer sobre/a mulher, pois, para Lacan (1998, p. 505) a letra é “[...] a estrutura essencialmente localizada do significante [...]”, assim, os discursos produzidos sobre a mulher são atravessados por uma interpelação da ideologia pelo inconsciente.

Nessa perspectiva, os efeitos moralizantes, as interdições condicionadas à mulher são atravessadas por discursos, por dizeres anteriores que significam nos/para sujeitos através de uma memória discursiva, que lhe é inconsciente, pois os sentidos que atravessam esses dizeres ocorrem pela latência dos desejos, dos mais sublimes aos mais insidiosos, que, postos em funcionamentos pelo discurso, são negados, silenciados, portanto, é pelo grande Outro que o sujeito do inconsciente se instala, impondo efeitos de controle ao feminino, de si e de seu desejo.

Desse modo, consideramos como na atualidade as posições sujeito-mulher são constituídas por um processo de interdição que dita os modos do comportamento, pois, havendo uma interdição de dizer, do prazer, há também a do fazer e do significar, ocorrendo através do funcionamento da língua, pela história e ideologia que a constituem na relação com o corpo.

Nessa perspectiva, falar de estupro, um tema difícil, porque envolve violência contra a mulher, é falar de violência ligada ao sexo, colocando em funcionamento o desejo marcado pela interdição, um poder que se faz sobre o corpo do outro, sobre a vontade do outro, e sobre o desejo do outro.

Os modos de sujeição vão desde atribuir a culpa da violência à vítima, a significar a violência, pois “numa sociedade violenta, não se deve se colocar em risco”. Formação imaginária (ORLANDI, 2007), que constitui os modos de comportamento para evitar a

violência, em paralelo, interditando o desejo. Um risco atribuído não só a figura feminina, mas também aos grupos, que são condicionados a uma relação de submissão, em uma sociedade constituída de forma patriarcal.

Conforme Orlandi (2012), os modos de dizer a violência, colocam os sentidos em fuga “[...] porque dada a ideologia uns [sentidos] ficam outros se vão. Historicidade. Matéria da contradição e do equívoco” (ORLANDI, 2012, p. 20). Dito de outro modo, no tempo mesmo que se procura apagar sentidos, estes se põem em fuga, ecoam, reverberam, movimentam-se no mesmo e no diferente que marca os objetos simbólicos, tratando-se, para a autora, da produção do silêncio que permite que sentidos sejam colocados em fuga, pelo efeito da ideologia.

Nesse entendimento, ao explicitar sobre o estupro, a relação entre desejo e violência se materializa, entretanto, ligada ao homem, tido como proprietário e o ser lesado pela prática de estupro. Esse funcionamento pode ser observado em Vigarello (1998); pois, para proteger o tutor, no Antigo Regime, na França, no século XVIII, o proprietário da mulher, pai, irmão, marido, era adotar o termo “raptó” e a noção que ele encerra, pois com ele silencia-se o estupro, resguardando mais uma vez o proprietário da mulher: “Uma palavra se impõe, no Ancien Régime, mantendo amálgama entre roubo e estupro, assimilando a violação de uma mulher à ação de arrebatá-la: o termo ‘raptó’. Sem dúvida porque o sequestro de uma mulher geralmente é seguido de violência” (VIGARELLO, 1998, p. 53).

Assim, o sentido de estupro se atrelava a noção de raptó, como algo que viola os direitos, não da mulher estuprada ou raptada, mas daquele que a possuía enquanto bem, tratando-se, pois, não só de silenciar o ato como estupro em si, mas também de marcá-lo pelas noções de sequestro e de lesão ao proprietário, no caso, o marido, o pai, a sociedade etc.

A noção de raptó (VIGARELLO, 1998) também encerra sentidos de fuga, pois havia mulheres que fugiam com o outro, não se tratando, portanto, de um raptó alheio à sua vontade. Essa ambivalência é possível, pois, não só atrela o raptó à noção de possibilidade do desejo feminino, como também diz de uma fuga que era silenciada, tanto no que concerne ao desejo feminino quanto no abandono, ou seja, fugir de um marido que não representava o cônjuge escolhido pela mulher. Podemos dizer, então, que havia/há raptos consentidos (fugas) e raptos não autorizados, mas, independentemente das razões pelas quais ele ocorria, o raptó serviu sempre, enquanto figura jurídica, ao homem.

Outro ponto de destaque faz-se sobre a marca de poder que é constitutiva do proprietário, pois como dono da mulher, o marido podia usá-la, guardá-la, tê-la para si ou

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

simplesmente dispor dela. Assim, no antigo regime francês, Vigarello (1998, p. 55) dá a medida da imagem produzida pelo rapto “[...] o estupro é ato de sexo, tanto quanto ato de posse, exercício direto de uma ascendência, marca de um poder”.

A seguir, no conto analisado, observamos como a relação entre desejo e violência se materializa.

Desejo e violência: processo de significação

Ao analisar o conto “A língua do p”, de Clarice Lispector, observamos como a violência se constitui num modo de interdição do comportamento e dos desejos da mulher.

Pela Análise de Discurso, podemos compreender, nos textos literários, como os sentidos são constituídos, levando em conta as condições de produção, para realização da análise, pois tomamos a literatura como discurso, ou seja, como modos distintos de discursivização, produzindo diversos efeitos de sentidos entre locutores, constituídos pelo/no processo da leitura.

Orlandi e Guimarães (2008) apresentam essa questão ao expor sobre a história de leituras, do leitor, que se constitui no seu gesto de interpretação, que faz parte de sua história. É nesse gesto de interpretação, compreendido como um gesto mesmo do sujeito, que os efeitos são produzidos, dando a compreender, a partir de obras literárias, as suas condições de produção, que envolve o processo histórico, o social e o momento da atualização, no modo como os sujeitos envolvidos são constituídos nesse processo de significação.

Assim, ao selecionar os textos literários colocamo-nos num lugar de entremeio, com um olhar sobre o discurso, sobre como os sentidos são produzidos, num batimento entre as condições de produção e os modos de dizer materializados na língua, através de um funcionamento que constitui como uma memória da língua.

Tal como uma “peça” (ORLANDI, 1995), uma unidade significativa, compreende-se, portanto, que o texto sempre tem relação com outros textos, não como uma intertextualidade, mas como um processo que se constitui na relação com as condições de produção, com o interdiscurso e a memória do dizer. É como um processo que se toma o texto literário, para analisar como o estupro é significado, numa relação com as formações discursivas e a memória do dizer.

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeitos) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade (Pêcheux, 1975). É nela também, como dissemos, que o sentido adquire sua unidade. (ORLANDI, GUIMARÃES, 2008, p. 58).

Desse modo, relaciona-se o conto no processo de constituição e formulação, no interdiscurso atravessado pelo intradiscurso, de algo que foi dito anteriormente independentemente, para o momento do dizer. Nessa questão, o batimento entre paráfrase e polissemia, entre unidade e dispersão constitui neste estudo o olhar analítico sobre o material analisado.

Apresentamos para análise alguns recortes do conto de Lispector (1998), que apresenta a personagem Cidinha, que está ciente do perigo que se aproxima. A resistência do sujeito-personagem ao perigo coloca-a em confronto com sua própria condição de mulher, que limita suas ações, a sua capacidade de fuga. Nosso olhar neste conto recai sobre o modo como é descrito um ato de violência, que se incide no medo que experimenta uma mulher ao compreender a ameaça iminente de um estupro, e como a mera possibilidade de realização do estupro, provoca o desejo da personagem em ser currada.

Na narrativa, Cidinha se encontra em um trem com dois homens, que, ao seu olhar, eram suspeitos, pois a violência histórica contra a mulher produziu-lhe efeitos de naturalização do estupro como algo que poderia ocorrer a qualquer momento com qualquer mulher e com o sujeito-personagem, principalmente encontrando-se sozinha com dois homens em um trem.

Os dois homens conversam, mas sua linguagem era codificada pela *língua do p*.

Cidinha fingiu não entender: entender seria perigoso para ela. A linguagem era aquela que usava, quando criança, para se defender dos adultos. Os dois continuaram:
– Queperopocupurrapapamopoçapa. Epevopocêpê?
– Tampambémpém. Vapaipiserpernopotupunelpel³. (LISPECTOR, 1998, p. 67).

Cidinha procura não demonstrar que entendeu o que os dois homens disseram, assim, a formulação: “entender seria perigoso pra ela” produz sentidos de que não saber, às vezes,

³ Pela linguagem do p o diálogo que se estabeleceu entre os dois homens foi: “–Quero currar a moça. E você? – Também. Vai ser no túnel”.

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

torna a vivência mais fácil, pois saber dos perigos, entender os perigos, poderia colocá-la em risco, daí a personagem constituir-se numa ilusão necessária, visto que evitar o perigo diz do que a memória conformou sobre a mulher: o sexo frágil, o corpo que não detém a mesma força que a do homem, o sexo pronto para satisfazer as necessidades masculinas, o gênero historicamente submetido etc.

Esse não saber também projeta sentidos sobre o seu desejo, sobre o qual Cidinha também não quer saber, mantendo-o recalcado. Nessa direção, é pela antecipação e pela memória do dizer se produz sentidos de pressuposição do estupro, pois à mulher foi atribuído sentidos de vulnerabilidade e, portanto, de sujeição à violência. No conto, o que se coloca em funcionamento é uma memória na qual a mulher deve proteger a sua honra, a sua virgindade a todo custo.

É o que a personagem faz, contudo, contrapondo-se aos pensamentos de luta pela honra e pela virgindade, Cidinha descobre, de maneira súbita, sua própria sexualidade, que estava silenciada, e que a põe, concomitantemente, a pensar sobre sua virgindade.

Esse conflito, que toma conta da personagem, é explicado por Perrot (2015, p. 76), pois o “[...] corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade”. Nessa direção, Cidinha compreende que habita nela uma contradição: o desejo de ser “currada” pelos homens e o desejo de lutar por sua honra e virgindade. Assim, mais uma vez, sua sexualidade é interdita:

Queriam dizer que iam currá-la no túnel... O que fazer? Cidinha não sabia e tremia de medo. Ela mal se conhecia. Aliás, nunca se conhecera por dentro. Quanto a conhecer os outros, aí é que piorava (LISPECTOR, 1998, p. 67).

Na formulação, o medo e o desejo se atravessam, levando o sujeito-personagem à descoberta de um desejo que lhe era reprimido, que lhe era delegado a um lugar de práticas insubmissas (FOUCAULT, 1988), postas em funcionamento em um momento de desespero. O ato de se conhecer coloca em evidência como a mulher, no caso Cidinha, é tão reprimida que não conhece e não se reconhece em seu desejo. O verbo “conhecer” remete ao desejo sexual, colocado em funcionamento determinadas pulsões que a personagem tinha, e que eram desconhecidas dela mesma.

Pelo medo, a personagem pensa em atuar como prostituta, para fugir ao estupro, mas é o seu desejo, até então desconhecido, que a move, influencia-a e a faz significar-se desse modo e não de outro. Ou seja, Cidinha é interpelada por sentidos instalados alhures, o de que o estupro se justifica e é menos criminoso quando praticado com mulheres que não são mais virgens, como é o caso das prostitutas ou que os estupradores, na sua ânsia de dominação, só se interessam pelas virgens.

Assim, as expressões “mal se conhecia” e “nunca se conhecera por dentro” marcam um funcionamento que está para além da ameaça de estupro, pois coloca em funcionamento a própria sexualidade de Cidinha, que ela havia recalcado, interdito, de modo que foi a situação de perigo que fez com que se manifestassem desejos que se encontravam recalcados no seu inconsciente.

Quando falamos em desejo, retomamos Lacan (apud ELIA, 2010), que apresenta os conceitos de desejo e de demanda, sendo o desejo da ordem de um irrealizado e a demanda um modo de realização sublimada desse desejo. Assim, se compreende que a personagem Cidinha, ao se passar por prostituta, poderia estar colocando em funcionamento um objeto metonímico do seu desejo, que era o de ser currada por aqueles homens, posto em demanda por seu inconsciente. A demanda configura-se, então, como um objeto metonímico do desejo, que, por não poder ser simbolizado, faz-se parcialmente, por objetos substitutivos (por demandas), que não conseguem dar conta do desejo.

Podemos afirmar, então, que a personagem alimenta uma fantasia inconsciente de ser currada, que “[...] só pode se dar na gramática que predica o sujeito em suas relações com o desejo do Outro, ou seja, enquanto estrutura lógica que subjaz aos ditos do sujeito e aponta para sua posição diante desse desejo” (CARREIRA, 2008).

Ora, o desejo é aquilo que não cessa de se inscrever, mas que não pode ser traduzido na totalidade, então, Elia (2010), a partir de Lacan e de Freud, defende que a demanda é “[...] um plano de maior importância porque situa o desdobramento [...] no campo da alteridade, o Outro diante do qual a criança se situa” (ELIA, 2010, p. 51). Dessa maneira, a demanda é uma forma de manifestação do desejo inconsciente, mas ainda não é a maneira de realizá-lo, visto que o desejo “[...] não pode ser formulado em palavras” (ELIA, 2010, p. 56), uma vez constituir-se como uma falta, que se inscreve permanentemente, mas que nunca se realiza.

Compreende-se assim que

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

[...] o desejo, que por um lado é articulado no inconsciente (não é inefável, nem caótico, nem mítico), não pode, no entanto, ser articulado pelo sujeito, formulado em palavras, reduzido ao plano dos significantes. O desejo habita o coração da(s) demanda(s), mas como ponto inarticulável, indizível, e que só pode ser significado, interpretado, localizado por meio do significante, certamente, mas não como um significante que pudesse dizer o que ele é, e sim como um significado que fará com que ele seja sua própria interpretação. (ELIA, 2010, p. 69).

Recorrer a se fingir de prostituta coloca também em funcionamento a imagem que a personagem faz sobre as prostitutas, ou seja, as imagens são projeções que se constituem na/pela relação que estabelece os modos como os sentidos são hierarquizados e condicionados, numa relação entre posições sujeitos que se constituem (ORLANDI, 2007), de outro modo, são formações imaginárias que constituem o funcionamento ideológico.

Para a Psicanálise, são projeções que, conforme Lacan (1998), o sujeito faz de si e o do outro, assim, são desejos postos na forma de fantasia que, nas palavras de Freud (1919/1980), marcam funcionamentos inconscientes que surgem, na análise psicanalítica, na forma de um relato hesitante, acompanhado de vergonha, culpa e resistência.

Daí atribuímos o desejo de Cidinha a uma fantasia inconsciente, que a possibilidade do estupro pareceu fazer funcionar, colocando em funcionamento algo difuso, que se deu alhures e que se instalou como significante no/do seu inconsciente, produzindo esse efeito traumático sobre a personagem.

Então pensou: se eu me fingir de prostituta, eles desistem, não gostam de vagabunda (LISPECTOR, 1998, p.69).

As formações imaginárias, de acordo com Orlandi (2007, p. 40), [...] produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”, ou seja, as imagens historicamente constituídas sobre as mulheres incidem-se no gesto de interpretação de Cidinha produzindo o efeito de que a ocorrência do estupro se dá somente com mulheres que não são prostitutas, ou que o estupro de prostitutas não significasse estupro, pois, balizada pelo que lhe conforma a memória do dizer, o ato sexual com prostitutas, sem seu consentimento, não seria, nesse imaginário, considerado estupro.

Coloca-se também em funcionamento um olhar sobre o corpo da prostituta, como lugar de realização de desejos masculinos, entretanto, produz-se uma contradição, por ser ao mesmo

tempo um desejo legitimado e interdito, legitimado pela relação com o trabalho, e interdito pela relação com o sexo, produzindo a imagem de sujeito que vive na vagabundagem.

Cidinha procura, então, agir como uma prostituta, movida pela formação imaginária de que tal encenação afastaria o estupro que estava prestes a ocorrer. No entanto, a atuação como prostituta revela-se como um objeto metonímico de manifestação possível dos seus desejos, da sua sexualidade inconsciente:

Então levantou a saia, fez trejeitos sensuais – nem sabia que sabia fazê-los, tão desconhecida era de si mesma – abriu os botões do decote, deixou os seios meio à mostra. Os homens de súbito espantados (LISPECTOR, 1998, p. 69).

A descrição dos atos de Cidinha faz remissão aos seus desejos inconscientes, mas também remete a uma constituição histórico-social da imagem de prostituta, que difere da imagem da “mulher de boa índole”. Dessa forma, mostrar os seios, fazer gestos sensuais são, para a personagem, gestos que a colocam na imagem de uma prostituta. Contudo, ao simular a prostituta, o sujeito-personagem descobre que sabe como agir e essa descoberta a faz questionar sobre a sua pureza, sobre ser uma mulher boa ou uma mulher má, de acordo com o que lhe conforma suas formações imaginárias.

Assim, a personagem interdita, inconscientemente, o desejo de ser “currada”, pela manifestação demandada do seu desejo:

O que a preocupava era o seguinte: quando os dois homens haviam falado em currá-la, tinha tido vontade de ser currada. Era uma descarada. Epesopoupuupumapapuputapa⁴. Era o que descobrira. Cabisbaixa. (LISPECTOR, 1998, p. 70)

Cidinha, no gesto de se antecipar à violência, esbarra na cadeia significativa que diz do seu desejo, que diz da sua sexualidade, que diz das pulsões que a constitui. Mas, a impossibilidade, ditada pelo inconsciente, de fazer valer o seu desejo, faz com que ela o interdite, mantendo-o na ordem do recalcado.

Assim, o sujeito-personagem adota a simulação da imagem da prostituta, enquanto forma metonímica de manifestação do seu desejo que, transmutado em demanda, diz do modo

⁴ Tradução: “Eu sou uma puta.”

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

como o inconsciente, estruturado que é como linguagem, resolve a insistência insidiosa do desejo, marcado pelo/no corpo.

Barbai (2012) ao analisar o corpo do imigrante, o compreende como sempre constituído não como seu objeto de posse, de pertencimento. Para o autor:

[...] a relação que se estabelece aí é esta: ter um corpo não significa ser seu corpo. Há uma disjunção entre ser e corpo, porque na linguagem, ele é capturado e investido nos sentidos. As demandas de mudança de sexo são aqui exemplares. A anatomia (macho – pênis; fêmea – vagina) não define. O que há são relações de sentido que se sofre no corpo. (BARBAI, 2012, p. 97-98).

Pelas relações de sentido o corpo feminino se constitui. Pelo estupro, os modos de dizer e se significar atrelam numa interdição, que ocorre por um atravessamento de silenciamento; não se pode dizer o estupro, não se pode dizer o corpo feminino, pois a relação com o desejo, o prazer, interpela os sujeitos, que negam esse funcionamento, ao não poder dizer sobre. Nessa direção, usar a língua do p também é um processo de interdição, pois não se pode dizer estupro ou currar, mas se usa uma língua outra para poder dizer, é um dizer sem ser dito especificamente: “Queperopocupurraparamopoçapa”.

O termo “currar” remete-se às acepções: violentar sexualmente uma pessoa, com a cumplicidade de outra(s), estuprar coletivamente⁵, ou seja, trata-se da prática sexual realizada em grupo. É um termo tão inusual que produz efeitos de uma gíria que foi criada para caracterizar o estupro realizado da forma mais extrema, aquele que, durante a história do estupro, era considerado pela lei, o estupro coletivo.

No conto de Lispector, a personagem Cidinha, ao experimentar o desejo de ser currada, mas impossibilitada de dar vazão ao desejo, que é sempre da ordem de uma interdição, exprime-o na forma de um objeto demandado pelo desejo, assim, finge-se de prostituta, expõe-se sensualmente àqueles homens no trem, quando acaba sendo presa pela prática de prostituição:

O maquinista desceu, falou com um soldado por nome José Lindalvo. José Lindalvo não era de brincadeira. Subiu no vagão, viu Cidinha, agarrou-a com brutalidade pelo braço, segurou como pôde as três malas, e ambos desceram (LISPECTOR, 1998, p. 68).

⁵ Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#3>. Acesso em 18 abr. 2018.

Dessa maneira, Cidinha, ao simular ser prostituta, é expulsa, com violência, do trem, sendo presa por três dias, a violência lhe ocorre de outra maneira, no modo em que é tratada, humilhada. Além disso, o sujeito-personagem ainda se sente culpada pelos desejos experimentados, desejo que lhe é negado, que, a seu modo de ver, deve ser negado, silenciado acima de qualquer vontade.

Depois dessa cena, quando Cidinha abandona o trem sendo levada pelo soldado, outra mulher entra na condução, olhando e julgando Cidinha:

Na pequena estação pintada de azul e rosa estava uma jovem com uma maleta. Olhou para Cidinha com desprezo. Subiu no trem e este partiu. (LISPECTOR, 1998, p. 69).

Nessa cena, esta moça é quem será estuprada e morta, marcando a violência contra Cidinha, como algo sujeito a ocorrer a qualquer mulher, sendo apenas mais uma manchete no jornal:

Em manchete negra estava escrito: “Moça currada e assassinada no trem”.
Tremeu toda. Acontecera, então. E com a moça que a desprezara.
Pôs-se a chorar na rua. Jogou fora o maldito jornal. Não queria saber dos detalhes.
Pensou:
— É pé. Opodespestipinopoépéimplaplacápávelpel.⁶
O destino é implacável (LISPECTOR, 1998, p. 70).

Como vemos, o conto de Lispector traz questões sobre a sexualidade feminina, mostrando que o estupro diz de uma prática violenta, que se volta muito mais para a questão de poder do que para a de prazer. Dessa maneira, mesmo que o sujeito-personagem do conto tivesse uma fantasia inconsciente de ser currada, ao tentar livrar-se do estupro simulando-se como uma prostituta, esse funcionamento não apaga o ato violento da prática de dois homens, tanto com a própria personagem, se ela fosse o alvo de ambos, quanto pela outra passageira do trem.

Ao simular-se como prostituta, Cidinha reforça sentidos de dominação e de força, atribuídos aos homens, pois coloca em funcionamento efeitos de que o estuprador só quer estuprar virgens para subjugar-las, submetê-las ao seu poder, para torná-las impuras e não propriamente pelo desejo de sexo em si.

⁶ Tradução: É. O destino é implacável.

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

O modo como a autora termina o conto, produz sentidos de naturalização do estupro, pois, no dizer de Cidinha, “O destino é implacável” com aquela que estava “predestinada” a ser estuprada e morta. Ser estuprada carrega, então, sentidos ditados pelo destino e não pela relação de dominação da mulher pelo homem.

Outro ponto em relação ao destino que pensamos, refere-se ao modo como o desejo é interditado, se significa numa demanda, mas também numa relação com o destino implacável que não permite a sua realização, por isso é logo recalçado. Desejar ser currada por dois homens é fugir também de um padrão estabelecido, é jogar nas margens da sociedade que, mesmo tendo suas práticas insubmissas relegadas a lugares específicos, não permite dizer e sentir o desejo de ser estuprada. Até falar sobre isso, coloca-nos num lugar de contradição, pois ao dizer sobre o estupro, falamos de violência contra a mulher, mas falar dessa problemática, não significa silenciar outros sentidos.

O conto expõe, assim, os modos inconscientes de manifestação dos desejos de Cidinha, que é enganada, driblada pelas artimanhas do seu próprio desejo, desejo interditado, silenciado, recalçado. De outro modo, o conto instala também a condição de estupro e de vida/morte como uma obra do destino, pois quem estava destinada a ser estuprada e morta era a outra passageira do trem, sendo Cidinha salva em razão de seu inconsciente, que se dizendo de forma tortuosa, não linear ou não transparente, fez com que a personagem fosse posta para fora do trem pelo motorista e levada pelo soldado.

A entrada da outra moça no trem mostra que qualquer mulher serviria para a violência, para a realização do estupro. Ao ser presa, Cidinha assume seu lugar de vulnerabilidade, estendendo-o a qualquer mulher, que, “estando em lugar errado, na hora errada”, acabou por ser estuprada por um capricho do destino. Esse modo de compreensão do destino como o senhor da vida e da morte diz também de uma memória que atrela os sentidos ao destino, à sina, ao que está traçado para cada um.

Esse batimento posto em funcionamento pela personagem Cidinha, decorre da filiação do sujeito à religião e ao funcionamento do sujeito de direito submetido ao Estado, à Lei, portanto livre para se submeter, tratando-se, portanto, da relação conflitiva posta pela confluência de duas formações discursivas, a religiosa e a jurídica. Dessa maneira, a personagem Cidinha se atravessa de sentidos que colocam em confronto discursos sobre a sexualidade feminina e, ao mesmo tempo, a interdição dessa sexualidade. São sentidos que

colocam em litígio a interpelação ideológica por uma formação discursiva religiosa e outra afeita ao sujeito de direito, ditada pelo capitalismo, colocando em contradição a violência do estupro e o desejo de ser estuprada.

Considerações finais

No conto “A língua do p”, a violência é marcada pela coincidência com o desejo que se constitui no inconsciente da personagem Cidinha, um desejo instado pelo medo e pelo desejo ao estupro, que pode ocorrer a qualquer momento e que demonstra o poder do corpo do homem sobre o da mulher. Assim, ainda que o desejo inconsciente pregasse uma peça em Cidinha que descobre, ao se perceber como alvo do estupro, seus desejos mais internos, o conto, no final, prega-lhe também uma peça, pois o ato só vai ocorrer com outra passageira do trem, enquanto demonstração de poder do destino.

Esse funcionamento mostra o quanto a violência se constitui historicamente e se ressignifica de outros modos e em outras práticas sociais. Ou seja, mesmo não sofrendo o estupro, Cidinha é interdita no seu desejo, pois, no momento em que o medo da violência faz aflorar o medo do próprio desejo, a personagem é silenciada como mulher, condicionando-se a uma posição de aceitação. Ou seja, não é necessário o ato de estupro físico, pois, é no inconsciente que o sujeito se constitui como submisso a um modo de ser no comportamento.

Cidinha recalca seu desejo, produzindo efeitos de um discurso que, ao simular-se como prostituta, reforça sentidos sobre o imaginário do desejo, imaginário que projeta pelo inconsciente o desejo, materializado no simulacro da prostituta como demanda do desejo da personagem.

Esses são os dois vieses que apresentamos: de um lado temos a interdição de um desejo pela ameaça do estupro, quando sujeito-mulher se significa a partir dessa ameaça de vida/morte para, então, agir de acordo com o que se espera para que isso não aconteça, mesmo que tenha que silenciar seu desejo. Por outro lado, o desejo é interdito por colocar este sujeito como desejante pela violência, algo que para muitos, não todos, foge do semanticamente estabilizado (PÊCHEUX, 2008). Ou seja, o estupro se coloca como uma fantasia do inconsciente, na qual tem-se a ordem de um impossível, impossível de ser pensar que o sujeito-mulher deseje ser estuprada, por isso a personagem tem o seu desejo interdito, mas coloca-o em outro lugar, na prostituição, demandando, nessa fantasia, seu desejo não realizado.

DESEJO E VIOLÊNCIA: PROCESSO DE INTERDIÇÃO EM “A LÍNGUA DO P”, DE CLARICE LISPECTOR

REFERÊNCIAS

- BARBAI, Marcos Aurélio. Corpo (e)m Enunciação: na Massa. Nomes os Indefinidos. In: AZEVEDO, Aline Fernandes. (Org.). **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012. p. 89-106.
- CARREIRA, Alessandra F. Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. **Psicologia**. USP, v.20, n. 2. São Paulo, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772009000200002. Acesso em 25 fevereiro 2020.
- ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. (Psicanálise passo-a-passo).
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Trad. J. Salomão. V. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LISPECTOR, Clarice. A língua do p. In: LISPECTOR, Clarice. **A via crucis do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 67-70.
- ORLANDI, Eni P. Texto e discurso. **Organon**. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. V. 9. N. 23, 1995. p. 111-118.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni P. A fuga dos sentidos: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CAROZZA, G. SILVA, T. Domingues. (Orgs.) **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Campinas, RG: 2012.
- ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 53-76.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura e acontecimento**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. 2 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

VIGARELLO, George. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

Recebido: março/2021

Aceito: julho/2021